

Marcas psicológicas da violência doméstica: análise de histórias de vida de mulheres de comunidades populares urbanas^{•*}
(Psychological scars of domestic violence: analyses of life stories of women from urban communities)

Michele Morais Oliveira
Karla Maria Damiano Teixeira
Michelle Miranda Santana
Priscila Rezende Cardoso Oliveira
Cristina Teixeira Lélis
Márcia Cristina de Paiva Freitas
Adriana Mayrink Linhares^{**}

Resumo – A violência doméstica é um grave problema social e pode ser considerada como oriunda da inabilidade e despreparo de determinados membros familiares em manejar conflitos cotidianos, sendo, também, um desafio para o Estado prover a proteção social das mulheres, apesar da existência da Lei Maria da Penha. Nesse sentido, buscou-se analisar histórias de vida de mulheres de baixa renda com relação às vivências da violência doméstica. A amostra foi constituída por vinte e oito mulheres participantes do Programa CooperAção Social. A abordagem qualitativa foi escolhida como perspectiva metodológica. O questionário fundamentado em um roteiro semiestruturado e a história de vida foram utilizados como técnicas de coleta de dados. Os dados foram categorizados tematicamente e submetidos à análise de conteúdo. Os resultados demonstraram ações e condutas agressivas circunscritas nas histórias de vida das mulheres pesquisadas. Acredita-se que essa situação será superada somente por meio de ações conjuntas entre sociedade e Estado que possibilitem mudanças profundas nas relações de gênero. Nesse sentido, é necessário mudar as relações que as mulheres vivenciam, com o uso da informação e dos recursos, proporcionando-lhes reconhecimento também no campo social e do trabalho, com vistas à superação da condição de exclusão e violência em que se encontram.

Palavras-chave – Violência doméstica. Gênero e exclusão social.

• Artigo recebido em 27.10.2008. Aprovado em 17.06.2009.

* Este artigo é parte de uma pesquisa desenvolvida no Programa Cooperação Social, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Originou-se de uma reflexão empreendida a partir do projeto de pesquisa “Construção das Relações Societárias num Contexto Sociocultural Específico: A Importância da Paridade de Gênero como Fator de Desenvolvimento Local, Viçosa/MG”.

** *Michele Morais Oliveira* – Pesquisadora Associada do Departamento de Economia Doméstica da Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG – Brasil. Mestre em Economia Doméstica. E-mail: mi_morais@yahoo.com.br. *Karla Maria Damiano Teixeira* – Professora Adjunta do Departamento de Economia Doméstica, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG – Brasil. E-mail: kdamiano@ufv.br. *Michelle Miranda Santana* – Graduanda em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG – Brasil. E-mail: santanamichelle@ibest.com.br. *Priscila Rezende Cardoso Oliveira* – Graduanda em Economia Doméstica e Bolsista de Iniciação Científica pela Fapemig, Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG – Brasil. E-mail: priedcd@yahoo.com.br. *Cristina Teixeira Lélis* – Graduanda em Economia Doméstica e Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq na Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG – Brasil. E-mail: crisecd@yahoo.com.br. *Márcia Cristina de Paiva Freitas* – Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG – Brasil. E-mail: marcinhacpf@yahoo.com.br. *Adriana Mayrink Linhares* – Bacharel em Economia Doméstica pela Universidade Federal de Viçosa, Viçosa/MG – Brasil. E-mail: dimayrink@yahoo.com.br.

Abstract – Domestic violence is a serious social problem and can be considered as a result of the inability and lack of preparation of the family members in managing everyday problems, a challenge for the State to protect women socially, in spite of the Maria da Penha Law. Thus, this work aimed to analyze the life stories of low income women in relation to their domestic violence experiences. The sample was composed of 28 women participants in the CoopAction Social Program. The qualitative approach was selected as a methodological perspective; the questionnaire was based on semi-structured guidelines and the life stories were used as data collection techniques. The data were thematically categorized and submitted to content analysis. The results highlighted aggressive actions and behaviors mentioned in the women's life stories. One believes that this situation will be overcome only by means of a joint action by the society and the State that will allow profound changes in the gender relations. Thus, it is necessary to change the relations experienced by women, as well as the information and resources available to them and to recognize their social and professional value, aiming to overcome the conditions of exclusion and violence to which these women are exposed.

Keywords – Domestic violence. Gender and social exclusion.

Introdução

A violência doméstica é hoje um dos mais graves problemas da sociedade brasileira, merecendo atenção, não apenas da academia, como também dos poderes públicos (SANTOS; IZUMINO, 2005). Esta forma de violência se faz presente em diferentes lugares, idades, níveis de escolaridade, religiões e camadas sociais. Ela envolve atos repetitivos, que vão se agravando, em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, agressões físicas e sexuais, ameaças e até mesmo a morte (CUNHA, 2008a).

Segundo Saffioti (1999b), a violência doméstica, também denominada violência familiar, embora ocorra predominantemente na residência, acontece também em outros espaços como bares, rua, local de trabalho da vítima, dentre outros. Contudo, Cunha (2008a) afirma que é no âmbito doméstico onde acontecem as mais terríveis humilhações, agressões físicas e sexuais, principalmente contra mulheres e crianças.

Cunha (2008a) destaca ainda que a violência doméstica contra a mulher é uma faceta de um problema social mais grave, que é a violência de homens contra mulheres na sociedade e a subalternidade em que a divisão social do trabalho tem colocado as mulheres, em termos salariais, na educação dos filhos, nos direitos, entre outros. Sob esta perspectiva, a ocorrência de violência contra a mulher está intimamente fundamentada nas estruturas sociais que encorajam e perpetuam a dominação dos homens sobre as mulheres.

A literatura sobre violência doméstica, especificamente contra mulheres, tem sua origem no início dos anos 1980, constituindo uma das principais áreas temáticas dos estudos feministas no Brasil. Esses estudos são frutos das mudanças sociais e políticas no país, acompanhando o desenvolvimento do movimento de mulheres e o processo de redemocratização. Nessa época, um dos principais objetivos do movimento era dar visibilidade à violência contra as mulheres e combatê-la mediante intervenções sociais, psicológicas e jurídicas. Uma das conquistas mais importantes são as delegacias de mulheres, em 1985, as quais, ainda hoje, se constituem na principal política pública de controle à violência contra as mulheres e à impunidade. Nesse sentido, as pesquisas sobre violência contra as mulheres passam a enfatizar uma preocupação com a ampliação dos direitos humanos das mulheres e o exercício de sua cidadania (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Vale destacar que não são apenas mulheres de baixa renda ou de menor nível de escolaridade que sofrem violência. Contudo, pode-se presumir que sua incidência seja efetivamente maior nesse grupo, em virtude do estresse provocado por precárias condições de existência, derivadas de baixos salários, desemprego temporário e desemprego de longa duração (CUNHA, 2008b).

Quanto às causas da violência contra a mulher, Day et al. (2003) destacam que muitos pesquisadores consideram a interação de diversos fatores pessoais, situacionais e socioculturais que se combinam para provocar o abuso. Como fatores pessoais do agressor, destacam-se: ser homem; ter presenciado violência conjugal quando criança; ter sofrido abuso na infância; ser consumidor de bebidas alcoólicas e drogas e ter sintomas depressivos. Quanto aos fatores situacionais, tem-se: conflito conjugal, controle masculino da renda e da tomada de decisões na família. No que se refere aos fatores socioculturais, tem-se: pobreza, desemprego; associação a amigos delinquentes; normas socioculturais que concedem aos homens o controle sobre o comportamento feminino; aceitação da violência como forma de solução de conflitos; conceito de masculinidade ligado à dominação, honra ou agressão e papéis rígidos para ambos os sexos.

Sendo assim, problematiza-se que a violência doméstica faz parte da história de vida de mulheres de comunidades populares. Nesse sentido, buscou-se analisar histórias de vida de mulheres de baixa renda e suas vivências de violência doméstica.

Desse modo, o presente artigo encontra-se organizado em quatro partes. A primeira se constitui da fundamentação teórica, que articula discussões de diferentes autores acerca de violência doméstica. A seguir, são descritos os procedimentos metodológicos utilizados na

pesquisa. Posteriormente, apresentam-se os resultados e discussões; por último, têm-se as considerações finais.

Caracterizando a violência doméstica

A violência, em suas diferentes formas, vem-se apresentando, principalmente nos últimos anos, entre os principais problemas de saúde pública no Brasil; seja por sua magnitude, pelos custos que representam para a sociedade e pelos impactos sociais e psicológicos nas vidas dos indivíduos e das famílias. Atualmente, esses agravos correspondem à terceira causa de óbito na população brasileira, após as doenças do aparelho circulatório e neoplasias. Constituem, ademais, a primeira causa de óbito na faixa etária de um a 44 anos, em ambos os sexos (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2007).

Nesse contexto, situa-se a violência doméstica, que é definida por Day et al. (2003, p. 10) como “toda ação ou omissão que prejudique o bem-estar, a integridade física, psicológica ou a liberdade e o direito ao pleno desenvolvimento de um membro da família”. Estes autores destacam que essa violência pode ser cometida dentro ou fora de casa, por qualquer integrante da família que esteja em relação de poder com a pessoa agredida.

A violência doméstica é um fenômeno que não apresenta barreiras limitantes entre classes sociais, mas se faz presente em toda a sociedade. Esta violência pode ser considerada como oriunda da inabilidade e despreparo de determinados membros familiares em manejar conflitos cotidianos e controlar os acometimentos hostis (OLIVEIRA et al., 2008).

Valencia (1988), mencionado por Andrade e Loreto (2008), exterioriza que, além da violência física, que deixa marcas vivíveis no corpo, seja ela por espancamento, cortaduras ou queimaduras, existem outros grupos e manifestações de violência, que podem ser de caráter verbal (palavras insultantes); de cunho psicológico (gestos, palavras e atos que levam à ameaça, manipulação, apoiando-se em ambiente de medo, temor e de culpa); ou ainda, pela combinação dessas violências, que pode reforçar e fazer mais efetiva a intenção de destruição (violência físico-psicológica, violência físico-verbal e psicológica).

Cortez et al. (2005) mencionam algumas das características dos homens que agridem suas companheiras, sejam elas esposas ou não. Entre tais características estão: ciúme, uso abusivo de álcool ou drogas, isolamento social, baixa autoestima, insegurança, possessividade, visão estereotipadas sobre papéis de gênero, problemas de personalidade, histórico de violência na infância, depressão e ansiedade. As dificuldades advindas das características acima, ao se associarem a fatores estressores tais como desemprego,

dificuldades financeiras, conflitos intrafamiliares, podem ser o estopim para ocorrência de comportamentos agressivos por parte dos homens dentro da família. Nesse sentido, Cunha (2008b) afirma que a violência do homem contra a mulher na relação conjugal consiste em uma ação que faz do outro uma coisa, um objeto sem desejo, sem independência, sem autodeterminação.

Pereira (2005) menciona dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) de que 10% a 34% das mulheres em todo o mundo já foram agredidas fisicamente por seus parceiros. Em pesquisa realizada no Brasil, em 2004, com uma amostra de 2.502 mulheres, de 15 anos ou mais, constatou-se que 43% delas já haviam sofrido violência alguma vez na vida, sendo a mesma praticada por um homem. Os agressores eram, na maioria dos casos, os maridos, ex-maridos, namorados ou ex-namorados das vítimas (VENTURI et al., 2004).

Soares (2006) destaca que, no final do século XX, do total de casos de violência doméstica ocorridos no Brasil, 63% das vítimas eram mulheres. A violência de homens contra as mulheres pode ser interpretada como fruto de uma cultura de dominação masculina. O abuso, por parte do homem, objetiva consolidar seu poder (AMARAL et al., 2001a).

Essa forma de violência tem uma dimensão muito superior àquela que efetivamente aparece nas estatísticas. No Brasil, embora tenha crescido o número de denúncias após a criação das delegacias especiais para mulheres, é ainda muito grande o número de mulheres que prefere esconder as marcas da violência a denunciar o companheiro. Esse silêncio é ainda maior quando se trata de mulheres com nível de instrução mais alto e com situação financeira privilegiada. Essas mulheres raramente denunciam seus companheiros violentos. Nas delegacias, em torno de 90% das queixas são feitas pelas mulheres das camadas populares (CUNHA, 2008b).

Corroborando com esta idéia, Bruschi e colaboradores (2006) afirmam que a violência contra a mulher é um problema relevante em populações de baixa renda nas cidades brasileiras. Nesse contexto, Neves e Romanelli (2006) destacam que a violência doméstica aparece em todas as camadas sociais e em diferentes momentos históricos, mas nas camadas populares ela se torna pública em virtude das denúncias. As camadas mais altas da sociedade mantêm o anonimato e “compram” a discricção através dos atendimentos particulares, quando o fazem.

A violência doméstica tem-se transformado numa forma cada vez mais brutal de violência contra a mulher e tem-se agravado tanto em termos de quantidade quanto de intensidade. As vítimas têm sofrido agressões cada vez mais severas, ocasionando mortes ou graves sequelas (SILVA et al., 2007).

Schraiber e colaboradores (2002) afirmam que, a partir da década de 1990, a violência doméstica contra a mulher vem sendo interpretada por pesquisadores como baseada em relações de gênero e, também, uma questão de saúde e de direitos humanos. O fato de as agressões no ambiente doméstico serem dirigidas, na maioria das vezes, às companheiras, revela a discriminação da sociedade em relação à mulher, principalmente quando esta se encontra na posição de esposa (SAFFIOTI, 1997).

Além disso, a violência pode ser transmissível de geração em geração, pois o indivíduo aprende a violência pela cultura (SINCLAIR, 1985 apud CORTEZ et al., 2005).

Corsi (2003) menciona que os efeitos e consequências da violência doméstica para o agredido são: baixa autoestima; tristeza, angústia, ansiedade, insegurança, incerteza, problemas de autocontrole e condutas exageradas; dificuldades de concentração, dependência econômica e emocional; padrões de condutas violentos; depressão e estresse.

É profundo o impacto da violência nas relações interpessoais. Ela afeta principalmente as relações familiares, levando à produção e reprodução de modelos de comportamento violentos no cotidiano social e familiar. Crianças que vivem em situação de violência familiar aprendem a usá-la como forma de vida e têm grande possibilidade de reproduzi-las nos seus relacionamentos, tanto na condição de criança quanto na de jovem ou adulto (ARAÚJO, 1996).

Araújo (2002) destaca que, muitas vezes, há uma banalização da violência, passando esta a ser vista, muitas vezes, como natural, restando aos afetados apenas a alternativa de aprender a conviver com ela.

No mundo, um em cada cinco dias de absenteísmo no trabalho feminino decorre da violência doméstica. Na América Latina, 25% a 50% das mulheres sofrem essas agressões e os custos com o tratamento são de 168 milhões de dólares. No Brasil, a cada quatro minutos, uma mulher é agredida, sendo gastos 10,5% do PIB em serviços de saúde (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE, s.d.).

A partir do momento em que os reflexos da violência doméstica extrapolam o âmbito estritamente familiar, tendo reflexos na sociedade, no trabalho, ocasionando um déficit nos índices de produtividade, ela deixa de ser preocupação exclusiva dos movimentos feministas, mas também uma problemática de desenvolvimento social e econômico (TAVARES; PEREIRA, 2007).

Procedimentos metodológicos

O presente estudo foi realizado em Viçosa-MG. O município possui uma área de 300,15 km² e população de 70.404 habitantes, sendo 65.042 na zona urbana e 5.362 na zona rural. O crescimento médio anual no número de habitantes é de 1,18% (CRUZ et al., 2007).

A população-alvo da pesquisa se constituiu de mulheres residentes em três comunidades populares urbanas de Viçosa-MG – Amoras, Barrinha e Cidade Nova – onde são desenvolvidas as atividades do Programa CooperAção Social.¹

Os bairros de realização da pesquisa pertencem à região de Amoras. Segundo Cruz et al. (2007), essa região possui 5.438 habitantes, sendo 2.641 homens e 2.797 mulheres. A renda familiar média é de R\$ 969,46 e a renda familiar *per capita* de R\$ 256,47. Amoras é a segunda região de Viçosa em índice de analfabetismo, sendo 14,64% de seus habitantes não têm qualquer instrução formal. Possui, também, alto índice de desemprego (14,64%), índice semelhante à média brasileira, que é de 14,1% (sendo 57,3% deste índice composto por mulheres), segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE (2008).

Para compor a amostra, foram selecionadas, intencionalmente,² as participantes do Programa CooperAção Social, sendo a amostra composta por vinte e oito mulheres. A idade das mesmas variou de 25 a 70 anos.

A abordagem qualitativa foi escolhida como perspectiva metodológica para essa pesquisa por ser uma forma de estudo em que o pesquisador tem contato direto com a situação investigada. Segundo Paulilo (1999), a investigação qualitativa trabalha com valores, crenças, hábitos, atitudes, representações, opiniões e vai se adequando a aprofundar a complexidade dos fatos e processos, particulares a indivíduos e grupos.

Como técnicas de coleta de dados, foram utilizados o questionário, com perguntas objetivas³ e subjetivas,⁴ e a história de vida, construída a partir de uma entrevista

¹ O Programa CooperAção Social, em andamento desde 2005 no município de Viçosa-MG, articula projetos de pesquisa e intervenção social (extensão). Promove ações educativas com vistas ao aumento da escolaridade, da capacitação e atualização técnica e da geração de trabalho e renda por meio de cooperativas de produção autogeridas, concorrendo para melhoria da qualidade de vida das famílias atendidas.

² Os critérios de intencionalidade foram fundamentados nos dados obtidos em um estudo-piloto com as mulheres participantes do Programa CooperAção Social, quando, por meio da técnica do grupo focal, as mulheres falaram de suas representações sociais sobre a violência doméstica. Intencionalmente, foram selecionadas para o presente estudo aquelas que, em suas falas, indicaram vivência desse tipo de agressão.

³ As questões objetivas tiveram por objetivo traçar o perfil sociodemográfico e cultural das mulheres.

⁴ As perguntas subjetivas estavam relacionadas ao tipo de violência doméstica sofrida pela mulher, ao agressor, aos motivos da agressão e ao local de ocorrência do fato.

semiestruturada. Os dois métodos foram utilizados a fim de realizar a triangulação dos dados e exaurir a riqueza dos dados ao máximo.

Uma das características principais do método da história de vida é o vínculo de confiança que se estabelece entre pesquisador e sujeito. Ao contar sua vida, o sujeito fala dos momentos por ele experimentados, intimamente ligados à conjuntura social em que ele se encontra inserido (SILVA et al., 2007). Paulilo (1999) destaca a afirmação de Queiroz (1988) de que toda história de vida se constitui em um conjunto de depoimentos e que, embora tenha sido o pesquisador a escolher o tema e a esboçar um roteiro temático, é o narrador quem decide o que narrar.

Os dados foram analisados por meio da análise de conteúdo. Segundo Minayo (2003), a análise de conteúdo visa verificar o que está por traz de cada conteúdo manifesto, seja escrito, falado, mapeado, figurativamente desenhado ou simbolicamente explicitado. É considerada uma técnica para o tratamento de dados que visa identificar o que está sendo dito a respeito de determinado tema (VERGARA, 2005).

No que diz respeito ao tratamento dos dados, eles foram agrupados em duas categorias temáticas organizadoras do material empírico: a família de ascendência e a família de descendência. Buscou-se, com isso, verificar se as experiências da infância e/ou adolescência estavam sendo repetidas na família atual e, conseqüentemente, se havia uma naturalização das práticas de violência doméstica. Além dessas duas categorias, buscou-se analisar as ocorrências das práticas de violência doméstica na comunidade, de acordo com a percepção das mulheres estudadas.

A violência doméstica sob o olhar das mulheres

As participantes da pesquisa acreditam que a violência doméstica é permeada por atributos físicos e simbólicos. Ou seja, definem a violência doméstica como agressão física e acometimentos por meio do uso de palavras duras e xingamentos. Os relatos que se seguem esclarecem esse pensar:

Tem tanto tipo de violência doméstica que, pra mim, uma palavra já é uma violência. Eu acho que às vezes uma palavra dói mais do que uma pancada (Casada, 70 anos, alfabetizada).

É quando a mulher é agredida pelo marido ou quando agride os filhos. Porque tem pai que chega nervoso do serviço, desconta nos filhos, na esposa. A agressão verbal

também é violência, costuma ferir mais que uma agressão (Solteira, 26 anos, ensino superior completo).

Eu acho que violência é te atacar pela voz, te xingar de coisa que você não é. Ficar falando, falando é mais chato (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Nesse contexto, Pereira (2005) menciona que a violência psicológica (ou agressão emocional), às vezes, é tão ou mais prejudicial que a física, sendo caracterizada por rejeição, depreciação, humilhação e desrespeito. Trata-se de uma agressão que não deixa marcas corporais visíveis, mas emocionalmente causa cicatrizes indeléveis por toda a vida. Isso pode ser visto nas falas que se seguem:

A agressão verbal também é violência, com certeza. Ela costuma ferir mais que uma agressão (Solteira, 26 anos, ensino superior completo).

Às vezes tem palavras, gestos, que doem muito mais que um tapa na cara (União consensual, 30 anos, ensino médio incompleto).

Tavares e Pereira (2007) confirmam essa questão ao afirmarem que os efeitos da violência doméstica, seja esta por meio de maltrato, humilhações, agressões físicas ou sexuais, são devastadores à autoestima das mulheres.

A violência doméstica, muitas vezes, é utilizada como forma de poder e dominação. As desigualdades sociais e a própria cultura de dominação do homem sobre a mulher, muito presente ainda em todo o mundo, fazem com que os membros, submetidos a tal situação, passem a gerar ou vivenciar conflitos, sentimentos de frustração e aprendizagem do processo de violência (ANDRADE; LORETO, 2008). Em seus relatos, as mulheres entrevistadas destacaram que em suas famílias de ascendência a violência doméstica era vivenciada por suas mães e que os filhos procuravam defendê-las das agressões.

Com ela, ele brigava e todo mundo entrava no meio. Quando a gente era maior, se ele [meu pai] fosse bater nela, a gente enfiava no meio, empurrava ele e xingava (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Mas quando ele [meu pai] ia bater na minha mãe eu não deixava. Eu pulava na frente. Eu prefiro apanhar do que ele bater na minha mãe. [...] Minha mãe não reagia não. Caladinha. Nós que defendíamos (Solteira, 41 anos, ensino médio completo).

A violência também era sofrida pelos filhos, conforme o relato seguinte:

Quando ele bebia, agredia a gente e minha mãe, né!? Batia mesmo. Ele batia, não sei se vocês já ouviram falar de taquara, um negócio de bambu. Ele dobrava aquilo e batia na gente (Solteira, 41 anos, ensino médio completo).

Essa questão está de acordo com a afirmação de Reichenheim et al. (1999), de que a violência familiar é um fenômeno complexo que envolve todos os integrantes do núcleo familiar e que não se restringe a um indivíduo ou a uma relação específica.

Sobre os principais motivos da violência doméstica, o uso de bebidas alcoólicas teve destaque nos relatos das participantes da pesquisa.

O relacionamento deles nunca foi bom, porque meu pai até hoje bebe (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Quando ele estava são, ele era outra pessoa, ele cuidava muito bem, mas quando ele bebia, tinha esse problema (Solteira, 41 anos, ensino médio completo).

Sobre isso Pereira (2005) afirma que o abuso do álcool é um forte agravante da violência doméstica física. A embriaguez patológica é um estado em que a pessoa que bebe torna-se extremamente agressiva, às vezes nem lembrando com detalhes o que tenha feito durante essas crises de furor e ira. Nesse caso, além das dificuldades práticas de coibir a violência, há a questão de que a maioria das mulheres não denuncia os agressores pelo fato de que, quando este não bebe “é outra pessoa”. Muitas vezes as mulheres se sujeitam a tal situação porque o homem é o estio da família e, se for detido, todos passarão necessidade financeira, e assim a violência vai persistindo.

Em análise do aspecto gênero, Schraiber e colaboradores (2002) afirmam que a mulher, em todas as idades, de todas as formas e tendo os mais diversos agressores, é a maior vítima da violência doméstica. Nesse sentido, vale mencionar que essa situação de agressões por parte dos parceiros já estava presente na vida das participantes da pesquisa antes mesmo de se casarem:

[...] ah! bateu, fico com raiva até hoje, que é o meu marido, quando a gente namorava. [...] Ele veio me batendo, puxando meu cabelo. E depois de casados, no início. Depois de um ano ele começou, assim, a brigar, queria me bater (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

É grande a probabilidade de essa forma de violência rotinizar-se, tendo em vista que ela se projeta no espaço das relações de intimidade, entre pessoas que integram ou integravam a mesma unidade de convivência. Ela envolve atos repetitivos, que vão se agravando em frequência e intensidade, como coerção, cerceamento, humilhação, desqualificação, agressões físicas e sexuais, ameaças e até mesmo a morte. Além do medo permanente, esse tipo de violência pode resultar em danos físicos e psicológicos duradouros (CUNHA, 2008).

Ao constituírem suas famílias, essas mulheres passam a ser agredidas pelos parceiros e a verem seus filhos vivenciando situações já vividas por elas.

Ela chora muito, fica com medo. Ela confere de que jeito ele [o pai] vai chegar, se está muito bêbado ou não. Antes de ele chegar, ela fala assim: “mãe, pelo amor de Deus, não fala nada”. Ela está vivendo uma vida como a que eu levei (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Se estivermos só discutindo, ela [a filha] fica calada olhando. Mas, se ele começa a falar que vai me bater ou que vai me matar, aí ela começa a falar “mãe, vamos descer, vamos mãe, o pai vai te bater”. Ela tem medo dele (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Santos e Costa (2004) destacam algumas características mencionadas pela Vida Humana Internacional, em 2002, das crianças que convivem com a violência no ambiente familiar, tais como: sentimentos de medo, insegurança e incertezas, problemas de autocontrole e condutas exageradas, baixa autoestima, dificuldades de concentração, padrões de conduta violentos e pensam com frequência em suicidar-se, mutilar-se ou causar-se alguns danos.

Nesse contexto, esses mesmos autores ressaltam que, quando a família apresenta um ambiente violento, ela pode tornar-se uma escola de violência, uma vez que o grupo familiar é o agente socializador básico. Dessa forma, a criança aprende que as condutas agressivas representam uma maneira eficaz para controlar as demais pessoas e para realizar seus próprios desejos.

As ameaças de agressão física ou até mesmo de morte, bem como as crises de quebra de utensílios e objetos pessoais são consideradas violência emocional, pois não houve agressão física direta (PEREIRA, 2005). Essa situação se evidencia na história de vida das mulheres pesquisadas, como se vê nas falas que se seguem:

Ele [o marido] está sempre falando que vai me matar. Aí fala assim: “Eu não vou bater não, eu vou é te matar” ou “Hoje eu te mato, na hora em que você dormir eu vou passar uma faca no seu pescoço”. Eu tenho medo e eu estou alerta. Eu sei que pode acontecer, mas estou mostrando pra ele que eu não tenho medo (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Esse ano se eu falar quantas vezes ele [o marido] falou em me matar, já deve ter ido pra umas setenta ou cem vezes. Isso esse ano, fora os pra trás, direto ele fala. Isso quando ele não cisma que vai matar ele. Aí se eu não tiver escondido as facas, eu fico desesperada (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Só quando ele [o companheiro] bebia é que ele quebrava as coisas todas, ele quebrava mesmo. Mas, assim, chegar, bater, me xingar, ele não fazia isso não, porque ele sabia que se encostasse a mão em mim ele iria tomar. Então, ele nunca chegou a me bater não (União consensual, 30 anos, ensino médio incompleto).

A violência emocional ou psicológica, em suas variadas formas, traz à pessoa agredida diferentes danos, sendo estes imediatos ou tardios. Giffin (1994) destaca a fragilização como consequência psicológica para as mulheres vítimas desse tipo de violência, que pode incluir efeitos permanentes na autoestima e autoimagem, deixando-as com menos possibilidade de se protegerem, menos seguras de seu valor e de seus limites pessoais, e mais propensas a aceitar a vitimização como parte de sua condição de mulher.

A violência doméstica está em todo lugar e aumenta a cada dia. Nas ruas e dentro de casa, as pessoas e, principalmente as mulheres, são atacadas. O ataque pode dar-se desde pequenas ofensas até a consumação de um homicídio. O que não se percebe – ou finge-se não perceber – é que pequenos atos podem levar, com o tempo, a consequências terríveis (DOTTO, s.d.). Nas comunidades onde residem as mulheres participantes da pesquisa a violência doméstica é uma realidade:

Uma mulher daqui já até morreu, ela sempre provocava violência. O marido saía, ela ia atrás, aí um batia no outro, na rua. Aí a polícia tinha que vir (Solteira, 26 anos, ensino superior completo).

Outro dia meus vizinhos brigaram lá, estavam com uma faca, eu pulei na frente da faca. Era um irmão que queria matar o outro (Solteira, 41 anos, ensino médio completo).

De acordo com Saffioti (1999b, 2001, 2002), a violência doméstica, que também costuma ser chamada de violência familiar, embora ocorra predominantemente na residência, acontece também em outros espaços como a rua, bares, local de trabalho da vítima etc. Isso é bem explicitado na fala seguinte:

A gente fica sabendo depois que acontece, né!? Um homem ali mesmo bateu na mulher, quebrou o braço dela. Ela foi até pro hospital. Ela foi ao bar atrás dele, aí ele pegou o cabo de sinuca e bateu nela. Outras vezes bate nela em casa e todo mundo fica sabendo. Dizem que ele sempre bate (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Esse depoimento confirma o fato de que mulheres pertencentes às camadas mais pobres, geralmente, reagem à violência masculina de forma explícita, deixando visível o fato de terem sofrido a agressão (CUNHA, 2008).

É nas camadas populares que a violência doméstica fica explícita, pois nas camadas médias e alta o fato é disfarçado, buscando-se evitar escândalos e manutenção do status. Sobre isso, Cunha (2008) destaca a afirmação de Peres (1996) de que uma diferença que se pode constatar entre as agressões sofridas por mulheres de camadas média e alta e por mulheres das camadas baixas está nos instrumentos que são utilizados pelos agressores. Entre

os pobres, costuma-se usar objetos como faca, enquanto que entre os ricos, bate-se mais com as mãos, e o rosto parece ser o lugar mais atingido nas brigas do casal. Esse comportamento do agressor denota que sua intenção é prejudicar a beleza, um atributo muito valorizado nas mulheres pela sociedade. A questão é abordada nos depoimentos das mulheres pesquisadas:

Muitas brigas. Entre marido e esposa, irmãos. É, entre marido e esposa, entre irmãos, já presenciei brigas de vizinhos. É faca, garrafada essas coisas assim. Acontece muito (Casada, 25 anos, ensino médio incompleto).

O consumo excessivo de bebidas alcoólicas foi apontado como um problema nas comunidades em que vivem as participantes da pesquisa. Foi ressaltada ainda a questão de que muitas mulheres também se inserem nesse contexto de alcoolismo, e que, muitas vezes, o fazem devido à situação de violência em que vivem:

A maioria aqui bebe, é difícil, né? As mulheres bebem, mas é menos que os homens. Os homens bebem mais, né!? Muitas mulheres bebem por causa daquilo [brigas] que está acontecendo também (Casada, 32 anos, ensino fundamental incompleto).

Nesse contexto, Blume et al. (1994) afirmam que a prevalência do alcoolismo entre as mulheres é realmente bem menor que o índice encontrado entre os homens. Ainda assim, o consumo abusivo ou a dependência do álcool traz, reconhecidamente, inúmeras repercussões negativas sobre a saúde física, psíquica e “social” da mulher. Neve et al. (1996) destacam que aspectos socioculturais também influenciariam de forma particular o padrão de consumo de álcool entre as mulheres e que aquelas com idade superior a quarenta anos estariam expostas a um aumento do consumo alcoólico, associado a uma falta de estrutura familiar.

A violência sexual foi também identificada na história de vida de uma das mulheres pesquisadas, como se vê na fala que se segue:

Eu fui trabalhar muito nova, e chegou o meu patrão e tentou me pegar a força dentro de casa. Eu chamei a polícia, né? Ai depois desse dia, eu saí desse lugar. Parei e fui estudar (Solteira, 41 anos, ensino médio completo).

Sobre isso, Ferreira (2008) destaca que o abuso sexual pode ocorrer com pessoas pertencentes a diferentes camadas sociais: do rico ao muito pobre. Os agressores, em geral, são pessoas com níveis de escolaridade distintos, na maioria dos casos próximos à vítima. Isso quer dizer que é um sério erro acreditar que o abuso tem maior prevalência nas camadas populares. A violência sexual não é uma característica da estratificação socioeconômica e a desmistificação dessa crença é fundamental para se assegurar que todas as vítimas sejam igualmente protegidas.

Considerações finais

O estudo sobre a violência doméstica circunscrita na história de vida das mulheres, embora restrito àquelas residentes em comunidades populares urbanas de Viçosa, permite melhor compreender a realidade que pode ser vivenciada por outras mulheres.

A questão da violência doméstica contra a mulher, mesmo com todos os avanços conquistados pelas mesmas, apresenta um quadro estarrecedor. Seja física, psicológica ou sexual, a violência praticada contra a mulher pelo parceiro ou ex-parceiro é um fenômeno que acontece em todas as camadas sociais, em âmbito mundial. É um grave problema social porque diz respeito às condições nas quais se desenvolve a vida cotidiana de milhares de famílias, a qualidade de suas relações e a maneira como constroem a dinâmica familiar.

É verdade que é preciso oferecer à mulher vítima de violência acesso a programas eficazes de reabilitação e capacitação que lhe permitam participar plenamente na vida pública, privada e social; mas é verdade também que a educação é instrumento eficaz na construção e materialização de tal objetivo.

A violência contra a mulher é um problema de toda a sociedade que somente será superado através de ações conjuntas que possibilitem mudanças profundas nas relações de gênero. Nesse sentido, é necessário mudar as relações que vivenciam, com o uso da informação e dos recursos. Assim, é de extrema importância a emancipação destas mulheres, proporcionando-lhes reconhecimento também no campo social e do trabalho, com vistas à superação da condição de exclusão e violência em que se encontram. Ações conjuntas – Governo, Universidade e Sociedade – e eficazes, principalmente nas áreas de educação e cultura, são imprescindíveis para minimizar a violência doméstica.

Desse modo, o Programa CooperAção Social, no qual se inserem as mulheres pesquisadas, busca melhorar a qualidade de vida das mesmas por meio de ações educativas e de capacitação, visando à geração de trabalho e renda por meio de formação de grupos de produção. Prioriza, ainda, ações educativas e de conscientização das comunidades atendidas por meio de grupos de discussão, palestras e dias de campo, com o objetivo de desconstruir e desnaturalizar essa prática.

Referências

AMARAL, C. C. G.; GUIMARÃES, R. P. A.; ANDRADE NETA, R. N.; FROTA, C. R. Antes do tapa na cara. In: Anais do XVI Congresso Brasileiro de Economia Doméstica e IV Encontro Latino Americano de Economia Doméstica, 2001a. Viçosa, MG. p. 205-209.

AMARAL, C.; LETELIER, C.; GÓIS, I.; AQUINO, S. *Dores visíveis: violência em delegacias da mulher no Nordeste*. Fortaleza: Edições EDOR/ NRGIF/UFC; 2001b. p. 27-77.

ANDRADE, V. D. A.; LORETO, M. D. S. de. Família e violência: Caracterização e Interações. In: TEIXEIRA, K. M. D.; GOUVEIA, P. (Org.). *Tudo em família: textos, temáticas e discussões*. Viçosa, MG: UFV, 2008. p. 46-74.

ARAÚJO, M. F. Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. *Perfil*, Assis, SP, v. 9, p. 5-15, 1996.

ARAÚJO, M. F. Violência e abuso sexual na família. *Psicologia em Estudo*, Maringá, PR, v. 7, n. 2, p. 3-11, 2002.

BLUME, T. W.; GREEN, S.; JOANNING, H.; QUINN, W. S. *Social role negotiation skills for substance-abusing adolescents: a group model*. *Substance Abuse Treat.* 1994. p. 197-204.

BRUSCHI, A.; PAULA, C. S.; BORDIN, I. A. S. Prevalência e procura de ajuda na violência conjugal física ao longo da vida. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, v. 40, n. 2, p. 256-264, 2006.

CARE. *Brasil: pobreza e desigualdade*. 2006. Disponível em: <www.care.org.br/?carepobreza> Acesso em: 03 mar. 2006.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE ON LINE. *A violência doméstica é também uma questão de saúde pública*. Disponível em: <www.datasus.gov.br/cns/temas/tribuna/violencia_contra_mulher.htm>. Acesso em: 06 nov. 2008.

CONSELHO – *Comunidade solidária: um novo referencial para a ação social do Estado e da Sociedade*. Brasília, 15 p. Disponível em: <www.comunidadesolidaria.org.br/textos/publicacoes>. Acesso em: 15 fev. 2003.

CORTEZ, M. B.; PADOVANI, R. C.; WILLIAMS, L. C. A. Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. *Estudos de Psicologia*, Campinas, v. 22, n. 1, p.13-21, 2005.

CRUZ, T. A.; ALVARENGA, S. C.; CARMO, M. I.; SILVA, A. R. *CENSUS: Retrato Social de Viçosa 2007*. Viçosa: Editora UFV, 2008. 73p.

CUNHA, T. R. A. Violência conjugal: os ricos também batem. In: *Publicatio UEPG Humanas*. Ponta Grossa, p. 167-176, jun. 2008a. Disponível em:

<www.uepg.br/Propesp/publicatio/hum/2008_1/artigo-16-Tania-167176.pdf>. Acesso em: 22 set. 2008.

CUNHA, T. R. A. Violência Conjugal: rimando amor e dor. In: *Fazendo gênero 8: corpo, violência e poder*. Florianópolis, agosto de 2008b. Disponível em:

<www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST11/Tania_Rocha_Andrade_Cunha_11.pdf>. Acesso em: 16 out. de 2008.

DAY, V. P.; TELLES, L. E. B.; ZORATTO, P. H.; AZAMBUJA, M. R. F.; MACHADO, D. A.; SILVEIRA, M. B.; DEBIAGGI, M.; REIS, M. G.; CARDOSO, R. G.; BLANK, P. Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Revista de Psiquiatria*, v. 25, supl. 1, p. 9-21, 2003.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS – DIEESE. *PED: Pesquisas de emprego e desemprego*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/bd/mercadotrab.xml>>. Acesso em 31 out. 2008.

DOTTO, A. C. *Violência doméstica contra a mulher*. Disponível em: <www.cesuc.br/revista/ed-4/violencia_contra_mulher.pdf>. Acesso em: 22 set. 2008.

FERREIRA, W. B. Vulnerabilidade à violência sexual no contexto da escola inclusiva: reflexão sobre a invisibilidade da pessoa como deficiência. *REICE*, v. 6, n. 2, 2008. Disponível em: <www.rinace.net/arts/vol6_num2/art9.pdf>. Acesso em: 27 out. 2008.

GIFFIN, K. Violência de gênero, sexualidade e saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 10, p. 146-155, 1994.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Cid@des*. Disponível em: <www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>. Acesso em: 20 jun. 2006.

MINAYO, M.C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MISNITÉRIO DA SAÚDE. *Violência – prevenção e controle no Brasil*. Disponível em: <portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/editorial_1_2007.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2008.

NEVE, R. J.; DROP, M. J.; LEMMENS, P. H.; SWINKELS, H. *Gender differences in drinking behaviour in the Netherlands: convergence or stability?* *Addiction*: 1996. p. 357-73.

NEVES, A. S.; ROMANELLI, G. A violência doméstica e os desafios da compreensão interdisciplinar. *Estudos de Psicologia*, v. 23, n. 3, p. 299-306, 2006.

OLIVEIRA, P. R. C.; TEIXEIRA, K. M. D.; SANTANA, M. M.; OLIVEIRA, M. M.; FREITAS, M. C. P.; LINHARES, A. M.; LELIS, C. T.; ROSADO, A. P. N.; MORAIS, L. S. As representações sociais da violência doméstica: um estudo com mulheres de comunidades populares urbanas de Viçosa-MG. *Oikos*, v. 1, n. 1, p. 11-32, 2008.

PAULILO, M. A. S. A pesquisa qualitativa e a história de vida. *Serviço Social em Revista*, v. 2, n. 2, p. 135-148, 1999.

PEREIRA, P. Violência Doméstica. In: *Nota Positiva*. 2005. Disponível em:

<www.notapositiva.com/trab_estudantes/trab_estudantes/filosofia/filosofia_trabalhos/violenc_domest.htm>. Acesso em: 11 set. 2008.

POCHMAN, M.; AMORIM, R. *Atlas da exclusão social no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2004.

REICHENHEIM, M. E.; DIAS, A. S.; MORAES, C. L. Co-ocorrência de violência física conjugal e contra filhos em serviços de saúde. *Revista de Saúde Pública*, v.40, n4, p.595-603, 2006. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rsp/v40n4/ao-5342.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2008.

REICHENHEIM, M. E.; HASSELMANN, M. H.; MORAES, C. L. Consequências da violência familiar na saúde da criança e do adolescente: contribuições para elaboração de propostas de ação. *Ciências e Saúde Coletiva*, v. 4, n. 1, p. 109-121, 1999.

RUSCHE, M. *Violência Contra Mulher: Violência psicológica*. Disponível em: <www2.prefeitura.sp.gov.br/secretarias/participacao_parceria/coordenadorias/mulher/0003>. Acesso em 21 fev. 2008.

SAFFIOTI, H. I. B. Violência doméstica ou a lógica do galinheiro. In: KUPSTAS, M. (Org.). *Violência em debate*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 39-57.

_____. O Estatuto Teórico da Violência de Gênero. In: SANTOS, J. V. T. (Org.). *Violência em tempo de globalização*. São Paulo: HUCITEC, 1999a, p. 142-163.

_____. Já se mete a colher em briga de marido e mulher. São Paulo em perspectiva – A Violência Disseminada. *Revista da Fundação Seade*, v. 13, n. 4, p. 82-91, 1999b.

_____. *Gênero e patriarcado*. São Paulo: Inédito, 2001.

_____. Violência contra a mulher e violência doméstica. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC, 2002.

SANTOS, L. V.; COSTA, L. F. Avaliação da dinâmica conjugal violenta e suas repercussões sobre os filhos. *Psicologia: Teoria e Prática*, v. 6, n. 1, p. 59-72, 2004,

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. *Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero: Notas sobre Estudos Feministas no Brasil*. Disponível em:
<<http://www.nevusp.org/downloads/down083.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2008.

SANTOS, F. C. S.; PEREIRA, L. C. S. *Condutas de influência na manutenção da relação conjugal de mulheres com homens alcoolistas*. Disponível em:
<<http://200.222.60.171/PDF/condutas%20de%20influencia%20na%20manutencao.pdf>>. Acesso em: 11 set. 2008.

SCHRAIBER, L. B.; D'OLIVEIRA, A. F. P. L.; FRANÇA-JUNIOR, I.; PINHO, A. A. Violência contra a mulher: estudo em uma unidade de atenção primária à saúde. *Revista de Saúde Pública*, v. 36, n. 4, p. 470-477, 2002.

SILVA, A. P.; BARROS, C. R.; NOGUEIRA, M. L. M.; BARROS, V. A. “Conte-me sua história”: reflexões sobre o método de história de vida. *Mosaico*, v. 1, n. 1, p. 25-35, 2007.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S. N. C. Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica. *Interface*, v. 11, n. 21, p. 93-103, 2007. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/icse/v11n21/v11n21a09.pdf>. Acesso em: 05 jun. 2008.

SOARES, B. M. A violência doméstica e as pesquisas de vitimização. In: *II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais*. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em:
<www.ibge.gov.br/confest_e_confege/pesquisa_trabalhos/arquivosPDF/M705_01.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2008.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. O impacto da violência social na saúde pública do Brasil: década de 80. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Os muitos Brasis: saúde e população na década de 80*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 87-116.

TAVARES, F. A.; PEREIRA, G. C. Reflexos da dor: contextualizando a situação das mulheres em situação de violência doméstica. *Revista Textos e Contextos*, n. 8, 2007. Disponível em:
<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fale/ojs/index.php/fass/article/view/2318/1817>>. Acesso em: 27 out. 2008.

VENDRUSCOLO, T. S.; RIBEIRO, M. A.; ARMOND, L. C.; ALMEIDA, E. C. S.; FERRIANI, M. G. C. As políticas sociais e a violência: uma proposta de Ribeirão Preto. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, v. 12, n. 3, p. 564-567, 2004.

VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA, S. (Org.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

VERGARA, S.C. *Projetos e relatórios de pesquisa em Administração*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.